

PARECER N.º 4/2025 - CTI-PEP/DRG/PEP/IFSP

Análise do recurso do **item 16** do Pregão Eletrônico nº 92000/2025:

1. Delimitação do objeto do recurso

O **Item 16** do Termo de Referência refere-se ao **Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV)**, tendo como elemento central o **NVR (Network Video Recorder)** ofertado, modelo **TP-Link VIGI NVR2016H**.

O recorrente sustenta que o equipamento **não atenderia a requisitos técnicos obrigatórios**, especialmente no que tange a:

- Filtro IP
- DDNS (Dynamic DNS)
- FTP

Tais funcionalidades constam expressamente no Termo de Referência como **protocolos e recursos mínimos exigidos** para o item

2. Exigências técnicas do Termo de Referência – Item 16

Conforme o Termo de Referência, o NVR deve suportar, entre outros, os seguintes protocolos e funcionalidades de rede:

HTTP, HTTPS, TCP/IP, IPv4, IPv6, RTSP, UDP, NTP, DNS, Filtro IP, DDNS, FTP, E-mail, SNMP

Trata-se de exigência **objetiva**, voltada à segurança, gerência e acesso remoto do sistema de CFTV, plenamente justificável no contexto de ambiente institucional e aderente aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

3. Análise técnica das alegações do recorrente

3.1. Filtro IP

O recorrente afirma que o NVR não possui Filtro IP por não constar tal termo na ficha técnica resumida do fabricante.

Entretanto, a **documentação técnica oficial (NVR User Guide – GUI 2.0)** demonstra a existência do recurso denominado **“IP Restriction”**, que permite:

- Criar listas de **Allow List** (IPs permitidos);
- Criar listas de **Deny List** (IPs bloqueados);
- Restringir o acesso ao NVR por endereço IP ou faixa de IPs.

Essa funcionalidade está descrita de forma detalhada na seção **7.8 – Configure IP Restriction**, página 153 do manual do fabricante.

Do ponto de vista técnico, **IP Restriction é funcionalmente equivalente ao Filtro IP exigido no edital**, atendendo ao mesmo objetivo de controle de acesso e segurança da rede.

Conclusão técnica: o requisito de Filtro IP **é atendido funcionalmente**, ainda que com nomenclatura diversa.

3.2. DDNS (Dynamic DNS)

O recurso de **DDNS** também foi questionado pelo recorrente por não constar em uma lista resumida de protocolos.

Todavia, o **manual oficial do fabricante** comprova que o NVR possui configuração específica de **Dynamic DNS**, permitindo:

- Utilização de provedores como **No-IP**, **DynDNS** e **TP-Link DDNS**;
- Associação de nome de domínio a IP dinâmico;
- Acesso remoto contínuo mesmo com mudança de IP do provedor.

Tal funcionalidade está descrita na seção **7.6 – Configure DDNS**, página 151 do manual.

Conclusão técnica: o requisito de DDNS é **plenamente atendido**.

3.3. FTP

Quanto ao protocolo **FTP**, o recorrente sustenta sua inexistência por não constar expressamente na ficha técnica resumida.

Entretanto, novamente o **manual técnico oficial** demonstra que o equipamento suporta:

- **FTP tradicional**;
- **SFTP (FTP sobre SSH)**, com criptografia de dados.

O envio de arquivos (gravações, eventos e snapshots) para servidor externo via FTP está documentado na seção **7.13 – Configure FTP**, páginas 157–158 do manual.

Importante ressaltar que o suporte a **SFTP** representa, inclusive, **nível de segurança superior** ao mínimo exigido no edital.

Conclusão técnica: o requisito de FTP é **atendido**, sendo inclusive ampliado com **SFTP**.

4. Avaliação à luz dos princípios licitatórios

Do ponto de vista técnico e jurídico-administrativo:

- O edital **não exige nomenclatura específica**, mas **funcionalidade equivalente**;
- O julgamento deve observar o **princípio do formalismo moderado** (art. 12, III, Lei 14.133/2021);
- As funcionalidades exigidas **estão presentes, documentadas e comprovadas** em manual oficial do fabricante.

Assim, não se identifica violação aos princípios de:

- Vinculação ao edital;
- Julgamento objetivo;
- Isonomia;
- Seleção da proposta mais vantajosa.

Ao contrário, a desclassificação com base apenas na ausência de termos literais em ficha resumida, ignorando documentação técnica oficial, poderia configurar **excesso de formalismo**.

5. Parecer técnico conclusivo

Parecer Técnico – Item 16

Após análise técnica imparcial do recurso interposto pela empresa **PAULO HENRIQUE DE GOES GERENA**, conclui-se que o equipamento **TP-Link VIGI NVR2016H**:

Atende ao requisito de **Filtro IP**, por meio da funcionalidade “IP Restriction”;
Atende ao requisito de **DDNS**, conforme documentação oficial do fabricante;
Atende ao requisito de **FTP**, inclusive com suporte adicional a **SFTP**;

Dessa forma, **não se confirma a alegada desconformidade técnica** apontada no recurso.

Opina-se tecnicamente pelo INDEFERIMENTO do recurso, mantendo-se a classificação da proposta

vencedora para o Item 16, por pleno atendimento às exigências do Termo de Referência.

Presidente Epitácio, 10 de dezembro de 2025

Vinicius Reginaldo Lima

Documento assinado eletronicamente.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Vinicius Reginaldo Lima, COORDENADOR(A) - FG2 - CTI-PEP**, em 10/12/2025 08:51:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1081656

Código de Autenticação: 17d72fb441



PARECER N.º 4/2025 - CTI-PEP/DRG/PEP/IFSP